



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE  
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS  
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE-PB

**ANÁLISE DAS PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E SOLIDÁRIAS NA  
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB**

---

**Arthur Antunes Neves da Silva**

Sumé – PB  
2013

ARTHUR ANTUNES NEVES DA SILVA



**ANÁLISE DAS PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E SOLIDÁRIAS NA  
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Sumé – PB  
2013



S586a Silva, Arthur Antunes Neves da.

Análise das práticas associativistas e solidárias na Associação de Pescadores no município de Sumé-PB. / Arthur Antunes Neves da Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2013.  
34 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima.  
Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano.

1. Associativismo. 2. Economia Solidária. 3. Associação de Pescadores. I. Título.

UFCC/BS

CDU: 37:334.73(043.1)

ARTHUR ANTUNES NEVES DA SILVA

ANÁLISE DAS PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E SOLIDÁRIAS NA ASSOCIAÇÃO  
DE PESCADORES DO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB

Aprovado em: 26 / 09 / 2013

Nota: 9,4

BANCA EXAMINADORA:

*Lenilde Mérgia Ribeiro Lima*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. LENILDE MÉRGIA RIBEIRO LIMA (CDSA – UFCG)  
(Orientadora)

*Robson Fernandes Barbosa*

\_\_\_\_\_  
Prof. M. Sc. ROBSON FERNANDES BARBOSA (CDSA – UFCG)  
(Examinador)

*Simone Aparecida da Silva Lins*

\_\_\_\_\_  
M. Sc. SIMONE APARECIDA DA SILVA LINS (CDSA – UFCG)  
(Examinadora)

Sumé – PB  
2013

UFCG-BIBLIOTECA

## PARA REFLETIR

### Um Meio ou uma Desculpa

Não conheço ninguém que conseguiu realizar seu sonho, sem sacrificar feriados e domingos pelo menos uma centena de vezes.

Da mesma forma, se você quiser construir uma relação amigável com seus filhos, terá que se dedicar a isso, superar o cansaço, arrumar tempo para ficar com eles, deixar de lado o orgulho e o comodismo.

Se quiser um casamento gratificante, terá que investir tempo, energia e sentimentos nesse objetivo.

O sucesso é construído à noite!

Durante o dia você faz o que todos fazem.

Mas, para obter um resultado diferente da maioria, você tem que ser especial.

Se fizer igual a todo mundo, obterá os mesmos resultados. Não se compare à maioria, pois, infelizmente ela não é modelo de sucesso.

Se você quiser atingir uma meta especial, terá que estudar no horário em que os outros estão tomando chope com batatas fritas.

Terá de planejar, enquanto os outros permanecem à frente da televisão.

Terá de trabalhar enquanto os outros tomam sol à beira da piscina.

A realização de um sonho depende de dedicação, há muita gente que espera que o sonho se realize por magia, mas toda magia é ilusão, e a ilusão não tira ninguém de onde está, em verdade a ilusão é combustível dos perdedores pois...

Quem quer fazer alguma coisa, encontra um MEIO.

Quem não quer fazer nada, encontra uma DESCULPA.

Roberto Shinyashiki

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

A Deus, por acreditar que nossa existência pressupõe outra infinitamente superior.

À minha professora orientadora, Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima, pelo auxílio, disponibilidade de tempo, sempre com uma simpatia contagiante.

Aos meus pais, irmãos, minha esposa (Taís), meu filho e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

Aos alunos de minha turma na Universidade Federal de Campina Grande que, de tanto me perguntarem, me fizeram pensar e, pensando, aprendi cada vez mais a buscar as respostas para satisfazer-lhes o interesse e me aperfeiçoar na matéria, com a humildade dos que aspiram a sabedoria repetindo a frase filosófica ‘Só sei que nada sei’.



## RESUMO

SILVA, Arthur Antunes Neves da. **Análise das Práticas Associativistas e Solidárias na Associação de Pescadores do Município de Sumé – PB.** Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, CDSA/UFPB, Sumé, 2013.

Cada vez mais o desenvolvimento econômico vem sendo um ponto a ser debatido por várias esferas, tanto política como social e também educacional, na busca de uma melhoria das condições de vida das pessoas em todos os seus aspectos (educacionais, saúde, lazer, emprego), de forma duradoura e com crescimento sustentável. As novas tecnologias que veem sendo empregadas e desenvolvidas na Associação de Pescadores do município de Sumé – PB estão diretamente ligadas a várias parcerias que são estabelecidas, buscando suprir suas necessidades e corrigindo seus pontos fracos. A partir daí, a educação entra em ação fazendo com que as pessoas busquem novas formas de se reeducar através de cursos e capacitações. Um projeto que vem sendo trabalhado através das mulheres que fazem parte da associação de pescadores é a traíra desfiada, que até pouco tempo era uma espécie de peixe que não agregava muito valor comercial. A metodologia deste trabalho caracterizou-se como descritiva, partindo da realidade da Associação de Pescadores do município de Sumé – PB. A pesquisa foi realizada através de visitas à Associação de Pescadores para a observação do trabalho e conversas informais com os membros associados. Com o trabalho de desfiar a traíra e a parceria com o PNAE, as mulheres associadas conseguiram agregar valor ao produto e, com isso, têm obtido o reconhecimento pelo seu trabalho, proporcionando melhoria de vida a todos os envolvidos, sendo um projeto caracterizado como de Economia Solidária, que proporciona renda e inclusão social para as pessoas ali envolvidas.

**Palavras-chave:** Associativismo, Economia Solidária, Associação de Pescadores.

## LISTA DE SIGLAS

SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
MEC	Ministério da Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
PNAE	Programa Nacional de alimentação Escolar





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>11</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
3.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SOLIDÁRIAS .....	12
3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	15
3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	19
3.4 ASSOCIATIVISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL .....	21
3.5 ASSOCIAÇÕES DE GRUPOS .....	24
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
4.1 OBJETO DE ESTUDO .....	26
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>32</b>
APÊNDICE A .....	33

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária é uma forma de modificação da consciência das pessoas, aumentando suas esperanças por melhor qualidade de vida e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, em que os princípios de preservação da vida serão respeitados e o fator econômico será um ponto determinante para o processo de evolução, da mudança, de um modelo econômico direcionado para poucos, mudando todo o processo socioeconômico, determinando um maior valor econômico agregado ao trabalho (SINGER, 2002).

Segundo Singer (2002), para se ter uma sociedade em que predomine a igualdade entre todos os seus membros é preciso que a economia seja solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. Os princípios da economia solidária defendem a ideia de que ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo por proporcionar às pessoas uma vida melhor, com solidariedade e igualdade.

Para entender melhor a Economia Solidária, Arroyo e Schuch (2006) definem economia como “um conjunto de atividades humanas sistemáticas que envolvem: produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários”, e solidariedade como “ações humanas que têm como base a teoria que uma ou alguma ação, só é boa, se for sustentável e boa para um como é para o outro”.

Quando se menciona solidariedade, o conceito remete aos laços de ajuda mútua e pode ser confundido com caridade, mas é uma forma que precisa ser pensada dentro dos empreendimentos como uma alternativa que garanta a consolidação das cooperativas, assim como uma procura por uma estabilidade de atividade econômica que proporcione a sustentação financeira da empresa e dos integrantes. Pode-se afirmar que na economia solidária torna-se necessário falar e agir como empresa, tendo foco no mercado, com um diferencial a valorização do trabalho humano necessitando do comprometimento do trabalho coletivo (CUNHA, 2003).

As organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder (RODRIGUES, 2013).

Com certeza, essa aprendizagem os homens a estão fazendo, acima de tudo, a partir das dificuldades, das contradições, inerentes a esse processo social de desenvolvimento. A aprendizagem acontece como um produto da divergência, pois na concordância pouco se aprende (FRANTZ, 2013).

Segundo Frantz (2013), o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e até individuais.

Neste trabalho, será feito um breve relato a respeito das práticas associativistas e suas relações com o desenvolvimento sustentável, enfatizando conceitos de economia, inserindo neste contexto o Projeto Traíra Desfiada, desenvolvido pela Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, como uma forma de melhorar as condições econômicas e sociais dos associados.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas associativistas que estão sendo aplicadas dentro da associação de pescadores de Sumé, bem como as praticas solidarias em suas diferentes aplicações sociais e econômicas.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as práticas associativistas aplicadas entre os associados.
- Identificar as práticas Solidárias existentes na associação.
- Verificar o desenvolvimento e importância da associação para a comunidade.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SOLIDÁRIAS

Os desdobramentos do pensamento econômico geram diferentes concepções que recuperam na atualidade como alternativas de enfrentamento aos problemas socioeconômicos, mas que não são fenômenos novos, estando inscritos na história desde o século XIX. Nesse sentido, a aproximação dessas definições é de suma importância, pois é no processo construtivo de cada forma de organização econômica que a percepção da efetividade como alternativa ou da simples adequação de conflitos poderá ser apreendido (HAGENBUCH, 1961).

Visando uma forma de organização econômica na qual o homem, em união com outros, pudesse minimizar os problemas produzidos por um sistema de relações comerciais, dito liberal, as primeiras formulações de uma concepção desse tipo estão vinculadas à expressão Economia Social. Esta economia surgiu a partir do momento em que estudiosos começaram a ampliar seus conhecimentos econômicos teóricos na busca da identificação dos problemas sociais e da influência do comportamento econômico sobre as condições sociais, ocasionando, dessa forma, um processo de ruptura com visões individualistas difundidas pela Economia clássica. Daí, foram gestadas ações práticas na tentativa de amenizar as dificuldades econômicas sociais, organizando-se estruturas para desenvolvimento de uma economia que utilizasse o capital como meio, a fim de atingir o bem coletivo generalizadamente.

A economia social assumiu importância no mundo inteiro, nas mais diferentes formas, sendo o cooperativismo o seu maior expoente. Estas estruturas econômicas associativas são resultantes da organização dos trabalhadores, que nelas investem suas economias para, através da autogestão, promover o processo social e ampla participação na produção e nos frutos da atividade econômica. É uma forma de economia empresarial de natureza associativa, que cria atividades autônomas, com objetivos baseados na solidariedade e na democracia, dando primazia aos indivíduos e ao trabalho sobre o capital na distribuição dos benefícios (HAGENBUCH, 1961).

Na mesma linha de raciocínio, a Economia social pode ser definida como conjuntos de empresas privadas que atuam no mercado com a finalidade de produzir bens e serviços, segurar e financiar, e nas quais a distribuição dos benefícios e as tomadas de decisões não estão ligadas diretamente ao capital de cada sócio. Tem a finalidade de serviços aos membros



e ao meio social (ambiente social), autonomia de gestão, os processos de decisão democráticos e a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos resultados (IRION, 1997).

Aprofundando um pouco mais a reflexão sobre a Economia Social, percebe-se que esta se apresenta como uma forma de economia que possui ideias próprias, mas que utiliza algumas características da forma capitalista, como a livre iniciativa de organização, a competição no mercado e a propriedade privada dos meios de produção (entendidos como sendo privativos de uma coletividade), e, também, da economia estatal, por não se caracterizar pelo lucro, onde o bem estar coletivo é sua força motriz, e os meios de produção são públicos (do coletivo dos participantes). Nessa união de características, a Economia social fundamenta-se, sobretudo, em valores como o humanismo e a solidariedade, agregados à participação, à responsabilidade e à eficácia empresarial (IRION, 1997).

A Economia Solidária é uma visão teórica de um processo em andamento, ou seja, na perspectiva da construção de empreendimentos econômicos e solidários que conjuguem princípios de cooperação e democracia, que combinem autogestão e, assim, promovam resultados econômicos, estes são ideários perseguidos que servem como metas a serem alcançados. Logo, a concepção de Economia Solidária, conjugando esses princípios funcionaria como uma ferramenta analítica para identificação e promoção dessa corrente (GAIGER, 2000).

Singer (2002) argumenta que a economia solidária pode ser uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego:

“A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão, um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente” (SINGER, 2002, p. 138)

Sendo assim, a Economia Solidária pode ser uma alternativa para o desemprego crescente e para a melhoria da qualidade de vida dos cooperados.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) ressaltam que a incorporação de reivindicações selecionadas pelos discursos e pela política oficial da ONU e do governo não significam necessariamente a tradução em implementação efetiva.

Diante disso, o crescimento da economia solidária no contexto brasileiro evoluiu a partir de fatores variados, dentre os quais refletem o desempenho urbano e a desocupação, o



rural que é resultante de um pensamento coletivo ou individual de querer a partir de trabalhos de reciclagem, de aproveitamento do solo, do tempo disponível, manifestar-se assim como luta de sobrevivência. Porém, percebe-se que a população urbana aumentou conforme os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 1940 até os últimos anos houve um declínio da população rural (SILVA e RIBEIRO, 2010).

Assim, de acordo com Mance (1999), no entorno do sistema capitalista, como forma de superação das desigualdades sociais, algumas alternativas foram sendo gerenciadas. Nesse processo histórico e como apontam algumas literaturas, em primeiro lugar surgiu a Economia Social, com o propósito de emancipar o operário. Com o passar do tempo e com agravamento do contexto socioeconômico dos setores e por meio das exigências do próprio mercado de trabalho, outra forma de organização econômica se configurou, ou seja, a Economia Popular, com ações voltadas para a sobrevivência e subsistência, sem processar uma estratégia de luta mais ampla. Uma parcela significativa da Economia Popular, junto com um ideário de solidariedade fundou as condições necessárias para a formação da Economia Popular Solidária, que se apresenta com inovações nas relações de trabalho e produção, diferenciando-se das relações produzidas pelo mercado capitalista, sendo que a realização dessa produção irá se dar neste mesmo mercado com todas as suas contradições peculiares a um sistema excludente. Mas a forma como se desenvolve essa produção é a riqueza dessa organização, pois se fundamentam na solidariedade.

“A palavra solidariedade possui um sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação ou da própria humanidade. Ela indica uma relação de responsabilidade entre as pessoas unidas por interesses comuns, de maneira tal que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar os demais” (MANCE, 1999, p. 17).

A proposta de uma organização econômica centrada no indivíduo surgiu em meados do século XVI, com a prática do associativismo e com o aparecimento do cooperativismo, embora o associativismo coletivista estivesse presente em outras épocas, nas ideias de auxílio mútuo, nas relações de trabalhos e na associação coletiva de pessoas, apresentando seus indícios nas construções de armazéns, fábricas, empresas rurais e, até mesmo, na constituição das repúblicas (REBONATTO, 1985 apud REIS e AGUIAR, 2003).

O importante a reter é que, tanto a exclusão social como os movimentos de solidariedade, podem ocorrer em paralelo, mas não necessariamente. O fato é que ao longo do processo histórico de evolução do modo de produção capitalista, a exclusão é uma realidade e se decompõe em diferentes matrizes, tanto do lado da oferta como no da demanda. Ou seja, a

exclusão no contexto da lógica de reprodução do capital não é uma prerrogativa única do trabalho.

Para que houvesse uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isto significa que os participantes na economia deveriam cooperar entre si em vez de competir (SINGER, 2002).

### 3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (SINGER, 2000).

O movimento de economia solidária tem crescido de maneira acelerada, não apenas na Europa e no Brasil, como também em diversos outros países do mundo.

O crescimento de empreendimentos econômico-solidários no contexto brasileiro se deve a vários fatores, dentre os quais vale destacar: a resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista (SINGER, 2002). Tal resistência se manifesta principalmente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como a atuação de camelôs, flanelinhas e vendedores ambulantes, normalmente de caráter individual ou familiar.

Para Schwengber (2013), a Economia Solidária surge no Brasil como estratégia para o enfrentamento das diferenças sociais e econômicas, onde somam-se forças com os movimentos sociais que lutam contra as políticas de Estado que beneficiam apenas o desenvolvimento do sistema capitalista. A Economia Solidária atua com atividades econômicas autogestionárias buscando combater o desemprego crescente e a pobreza.

Em junho de 2003, o congresso nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Reconheceu, dessa forma, o Estado brasileiro, um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em

massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho (SINGER, 2004).

Conforme Tiriba (1998), nem toda economia popular é solidária e nem toda Economia Solidária é popular. É necessário refletir sobre qual conceito/prática de economia popular e solidária se quer construir.

Não basta ser uma economia onde todos são donos do investimento, mas o ideal é que todos também possam desenvolver-se coletivamente financeiramente, como um amadurecimento interno e externo de mercado, com a convivência e humanização do trabalho, capazes de gerenciar o investimento coletivo através de autogestão, na qual cada integrante do grupo possa dar sua opinião e ou sugestão, encontrar e desenvolver seus talentos e repasse de seus conhecimentos prévios e adquiridos com o trabalho desenvolvido no empreendimento para os demais cooperados, afinal o conhecimento deve ser disseminado para não comprometer a produção envolvida, seja esta de bens ou serviços (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Numa perspectiva marxista, Singer (2000) considera que a Economia Solidária surge como modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo); [...] ela não é a criação intelectual de alguém, mas uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução.

A Economia Solidária tenta criar condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à população envolvida. Melo Neto (2013) diz em seu texto que os princípios desta economia são:

“ ... A valorização social do trabalho humano... A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica...O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade...A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza...E os valores da cooperação e da solidariedade” (MELO NETO, 2013, p. 4).



Isto não deve remeter à ideia de que esta economia é perfeita, pois pode-se perceber que é um caminho alternativo que pode trazer realmente melhorias para muitas pessoas que têm uma prática democrática e saibam trabalhar coletivamente alcançando uma dimensão maior do que o da economia. Educando-se para atuar nas relações de colaboração entre as pessoas, respeitando e repassando os valores culturais (CUNHA, 2003).

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (SINGER, 2000).

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características (SINGER, 2000):

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens); clubes de trocas. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d. **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes;

no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando estas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (www.portal.mte.gov.br, 2013).

Já a relação entre a economia solidária e o modo capitalista de produção é bem resumida por SINGER (2002):

“Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social” (SINGER, 2002, p. 86)

Singer (2002), por fim, destaca que o que impede a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Centenas de iniciativas, que tendiam antes a ficar isoladas, passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas. A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, dezenas de milhares já se libertam pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto-respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo.

Retoma-se, aqui, então, os princípios em que a Economia Solidária se baseia: cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental. Tais princípios desdobram-se em propostas e ações práticas. Tais ações práticas e propostas



de trabalho dependem de viabilidade econômica e de uma gestão democrática em seus empreendimentos.

### 3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu “oficialmente” no documento relatório *Nosso Futuro Comum* (WCED, 1991). Os tópicos centrais do conceito de desenvolvimento sustentável elaborados pela CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) e contidos no relatório *Nosso Futuro Comum* (WCED, 1991) ou Relatório Brundtland se tornaram a base da Agenda 21. Foi na "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" — CNUMAD (mais conhecida por "Rio-92" ou "Eco-92") que se buscou o consenso internacional para a operacionalização do conceito do desenvolvimento sustentável. A partir desta conferência, o termo desenvolvimento sustentável ganhou grande popularidade e vem sendo base dos projetos ambientais da atualidade.

O Relatório Brundtland ou *Nosso Futuro Comum* é um dos documentos mais famosos a respeito da introdução de uma nova ética nas relações socioeconômicas. O relatório, publicado no ano de 1987, é o resultado de um debate organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), chefiado pela Gro Harlem Brundtland — primeira-ministra da Noruega. O relatório colaborou para as discussões mundiais sobre a relação conflituosa entre desenvolvimento sustentável e os padrões de vida material (consumismo), e de certa forma para críticas, embora muito limitadas, ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, e reproduzido pelos países mais pobres ([www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br), 2013).

A sustentabilidade envolve desenvolvimento econômico, social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais. De acordo com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1983, o desenvolvimento sustentável visa ao atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades ([www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br), 2013).

A mudança de paradigmas estabelece um novo cenário para o processo de desenvolvimento das atividades agrícolas, florestais e pecuárias no Brasil. É, portanto, a partir da observação da realidade local, que o Ministério da Agricultura desenvolve e estimula as boas práticas agropecuárias, privilegiando os aspectos sociais, econômicos, culturais, bióticos



e ambientais. Nesse caso, estão incluídos sistemas de produção integrada, de plantio direto, agricultura orgânica, integração lavoura-pecuária-floresta plantada, conservação do solo e recuperação de áreas degradadas. Para apoiar o produtor, o ministério elabora projetos e programas direcionados para a assistência técnica, financiamento e normatização das práticas rurais sustentáveis. É dessa forma que se pretende superar o grande desafio de manter o Brasil como provedor mundial de matérias primas e alimentos, aliado à necessidade da conservação do meio ambiente. (www.agricultura.gov.br, 2013).

Ferreira (1998) afirma em seu livro “A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil” que:

“o padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se no espaço das cidades e estas se tornam cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento” (FERREIRA, 1998, p. 19).

Deste modo, é de grande importância à busca de alternativas sustentáveis e que esquadrinhem qualidade de vida para a dinâmica urbana, consolidando uma referência para o processo de planejamento urbano (VEIGA, 2005).

Para Veiga (2005), o desenvolvimento sustentável é considerado um enigma que pode ser dissecado, mesmo que ainda não resolvido. Em seu livro “Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI”, ele afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma utopia para o século XXI, apesar de defender a necessidade de se buscar um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do “globalismo”.

Outra definição para “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” foi descrita por Satterthwaite (2004) como:

“a resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro” (SATTERTHWAITE, 2004, p. 6).

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo que, por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTYN, 2000).

Para Cavalcanti (2003), sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Para o autor, as discussões atuais sobre o significado do termo “desenvolvimento sustentável” mostram que se está aceitando a ideia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a ideia de crescimento constante sem preocupação com o futuro.

O conceito descrito por SACHS (1993) refere-se aos diferentes tipos de sustentabilidade, a saber:

- **Sustentabilidade ecológica** – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas.
- **Sustentabilidade ambiental** – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
- **Sustentabilidade social** – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
- **Sustentabilidade política** – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.
- **Sustentabilidade econômica** – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica na avaliação da eficiência por processos macrossociais.

#### 3.4 ASSOCIATIVISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL

O associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida nas comunidades. Todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos associados ou membros, logo, as associações não possuem fins lucrativos (AMARAL, 2013).

A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O deslocamento é um processo também fundado em relações sociais associativistas, das quais podem nascer formas cooperativas. Desenvolvimento não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige



a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicação e diversidade das potencialidades humanas (FRANTZ, 2013).

A via do associativismo fomenta um debate permeado de pontos contrapostos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento e, conforme salienta Arruda (2004) apud Frantz (2013), onde a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver o quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento.

Na concepção de Souza (1993) é fundamental colocar o desenvolvimento humano no centro de qualquer tipo de desenvolvimento e particularmente do chamado desenvolvimento econômico. Não existe o econômico sem o social, o social é fundante, determinante, o econômico é derivado, subordinado.

Reconhecer a agência humana como propulsora do desenvolvimento abre espaço à cultura, à educação, aos valores. Como decorrência, recoloca-se o problema do desenvolvimento nos espaços locais, nas proximidades humanas, nas relações entre as pessoas, nos espaços do associativismo e das práticas cooperativas (FRANTZ, 2013).

O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. O processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes.

Conforme Canterle (2004), as organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Portanto, como sublinha CANTERLE (2004),

“[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmonicamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais” (CANTERLE, 2004, p. 8)

Assim sendo, o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. A cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. Desta forma, cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos atores produzido um todo harmônico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a identidade do associativismo e a dimensão humana (CANTERLE, 2004).

Segundo Buarque (1999), desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riquezas, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Quando se fala em desenvolvimento local se refere não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas (BUARQUE, 1999).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e o conhecimento entre as empresas e os territórios. Compreende-se por território um ator inteligente, que provoca transformações e não apenas como suporte dos recursos e atividades econômicas. O desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (ZAPATA, 2001; CAMPOS, 2003).

Nas discussões de Zapata (2001), pode-se inferir que a estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local,



através da cooperação, da construção de parcerias e da pactuação de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade.

A visão do desenvolvimento econômico local supõe planejamento integral e menos simplificador sobre o funcionamento das economias. Essa visão conduz a estratégia que deve acompanhar os esforços do ajuste macroeconômico e externo, com atuações orientadas para obter a introdução de inovações tecnológicas. De gestão e socioinstitucionais no conjunto dos diferentes sistemas/arranjos produtivos locais e do tecido empresarial existente (ZAPATA, 2001).

Portanto, o enfrentamento da pobreza, segundo Franco (2002), como insuficiência de desenvolvimento, exige nova concepção encontrada nas propostas de desenvolvimento local, visto que nos dias de hoje, a estratégia que tem se firmado no combate à pobreza é aquela que procura induzir, de forma integrada, o desenvolvimento local conhecido como DLIS.

Desta forma, fica renovada, atualizada com os rumos da humanidade, que invista simultaneamente em todos os fatores de desenvolvimento e não apenas no crescimento econômico.

Um tipo de organização associativa é a associação, ela pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica (AMARAL, 2013).

### 3.5 ASSOCIAÇÕES DE GRUPOS

O novo Código Civil define as associações como união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Tal definição, aparentemente simples, traz uma série de discussões e desdobramentos importantes. A matéria era muito confusa no Código Civil de 1916, que tratava na mesma parte de associações e sociedades civis, e a doutrina refletia essa confusão. Comparando com a situação anterior, o novo Código Civil representa um grande avanço no esclarecimento da matéria. A classificação das pessoas jurídicas de direito privado é bem mais eficiente, identificando-se de forma precisa as associações, fundações e sociedades. A distinção entre sociedades e associações é muito mais clara, visto que (i) sociedades sempre têm por objetivo o exercício de atividade econômica para partilha de resultados entre os sócios – art. 981 e (ii) associações são uniões de pessoas para fins não econômicos – art. 53 (TOZZINI e BERGER, 2013).

O espaço grupal favorece o estabelecimento de relações e o qualificativo solidariedade que o nomeia remete a essa dependência e responsabilidade mútuas. Assim, os

Grupos de Ação Solidária têm o objetivo de se constituírem como um lugar para compartilhar experiências e propor ações de engajamento social. Não se restringem à busca de soluções de problemas individuais, pois se privilegia a proposição de ações coletivas com potencial de transformação social (ARENDETT, 1997).

A transformação do sujeito só é possível através do avanço da consciência através da ação. Segundo Fromm (1967), é a existência social dos homens que determina sua consciência. A produção de ideias, de conceitos, de consciência é, a princípio, mesclada com a atividade material e as relações materiais dos homens, a linguagem da vida real. A consciência nunca pode ser senão existência consciente e a existência dos homens em seu processo vital real.

Fromm (1967) afirma que não só as circunstâncias fazem o homem, este também faz as circunstâncias. O homem muda no decurso da história, é o produto da história; assim como ele faz a história, ele é seu próprio produto. A história é a história da auto-realização do homem; ela nada mais é que a autocriação do homem por intermédio de seu próprio trabalho e produção.

Como todo trabalho de grupo, apresenta um desenvolvimento descontínuo. São comuns situações de crise, abandono por alguns membros e períodos de passividade e de inércia. Diante dessa tendência, são estimulados os laços solidários entre os participantes, bem como são valorizados os saberes e as alternativas construídos por eles próprios no decorrer da reflexão sobre o processo de saúde-enfermidade-trabalho. Pois, conforme Arendt (1997), a liberdade não é a liberdade privada da não interferência, mas sim a liberdade pública de participação democrática.

Por todas estas características, houve o interesse pela análise das práticas da Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, no que se refere ao trabalho das mulheres associadas no desfiamento do peixe traíra.



## 4 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho utilizou-se um levantamento bibliográfico de diferentes autores, nos quais foram feitas várias abordagens direcionadas às práticas associativistas, Economia Solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e social, bem como de associações de grupos.

O método caracterizou-se como descritivo, partindo da realidade da Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, a qual trabalha com a técnica de desfiar o peixe traíra.

Foi utilizada, segundo Figueredo (2011), a observação e informações dedutivas das interações interpessoais, sendo o método classificado como qualitativo.

O procedimento utilizado foi o estudo de caso, no qual examinou-se o conjunto de atividades do grupo de associadas. Este procedimento caracteriza-se pela construção da história do indivíduo, bem como o trabalho do grupo (FIGUEREDO, 2011).

A pesquisa foi realizada através de visitas à Associação de Pescadores para a observação do trabalho e conversas informais com os membros associados.

### 4.1 OBJETO DE ESTUDO

A Associação de Pescadores do município de Sumé localiza-se na própria cidade, apesar de estar interligada diretamente à cooperativa do município de Monteiro – PB, sendo bastante efetiva na melhoria de qualidade de vida dos associados, oferecendo-lhes cursos e capacitações para que aprimorem a técnica de desfiamento do peixe traíra.

Na associação, os homens e as mulheres pescam e vendem os peixes limpos “*In Natura*” ou em forma de “filé”, apesar deste peixe não ser muito aceito para fins comerciais. Com isso, as mulheres resolveram deixar de pescar e dedicar-se à técnica de retirar as espinhas da traíra.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com informações do seu Presidente, a Associação de Pescadores do município de Sumé – PB foi fundada em 2004, visando uma maior organização dos pescadores do município, e também para obter uma formalização. Após a criação da associação, os pescadores obtiveram uma maior condição para adquirirem recursos que são utilizados para os fins da pesca artesanal. Outra conquista foi o seguro adquirido no período do defeso (Piracema), que é um benefício que o Governo Federal disponibiliza para quem é associado.

Uma das principais atividades da Associação de Pescadores é o projeto **traíra desfiada**, desenvolvido por meio de um processo de beneficiamento da traíra, fazendo a retirada de todas as espinhas. Assim, obtém-se um maior valor comercial para o produto final. Este projeto é realizado exclusivamente pelas mulheres dos pescadores, atuando como uma forma de inclusão social e solidária, e também econômica.

As mulheres, apesar de terem outras atividades, utilizam esse projeto para acrescentar a renda da família e, também, para se inserirem nas práticas associativistas praticadas pelos pescadores, tendo um papel fundamental no desenvolvimento do projeto.

Todo o peixe é beneficiado e processado em uma casa alugada, localizada na rua Adamastor Gomes de Araújo, bairro Carro Quebrado, próximo ao açude público de Sumé – PB. O peixe é entregue às mulheres “in natura”, sendo feito um trabalho de pré-cozimento para facilitar a retirada de toda a carne do peixe, sem que restem espinhas. Para a produção de um quilograma de traíra desfiada são necessários pelo menos três quilogramas de peixe “in natura”. Após ser processado, o produto final fica pronto para ser utilizado nas mais variadas receitas culinárias, tais como: risoto de traíra, creme de traíra, sopa de traíra, lasanha de traíra, buchada de traíra e outras mais.

Após o processo de desfiar a traíra, é agregado um valor econômico bastante significativo, visto que pode ser por um valor de 16 reais o quilograma. O peixe “in natura” consegue alcançar um preço de, no máximo, 4 reais por quilograma no comércio local.

Apesar de ser um processo demorado para que se obtenha um quilograma de peixe desfiado, a cada dia as mulheres associadas têm adquirido mais prática no desfiar da traíra e, com isso, produzir mais o produto.

De grande importância têm sido as parcerias feitas com vários órgãos como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), prefeitura e comerciantes, fazendo com que o produto seja inserido no comércio com sua compra direta. O PNAE abastece as escolas

Estaduais, introduzindo a traíra desfiada na merenda escolar. Com esta parceria tem-se um mercado pronto para ser abastecido pelo produto.

As parcerias têm um papel bastante importante na manutenção do projeto e na inclusão social das mulheres, pois mantém uma crescente valorização do produto e também do trabalho realizado pelas mulheres que, há pouco tempo, não tinham muito a fazer com as atividades direcionadas ao trabalho com produtos da pesca.

Outro ponto importante são os cursos realizados pelos parceiros, que inserem capacitações para que as mulheres associadas possam desenvolver atividades com um maior conhecimento técnico e também prático, podendo assim estabelecer uma maior qualidade em todas as suas atividades desenvolvidas. Com as capacitações pode-se observar que elas estão muito mais seguras das atividades que estão desenvolvendo. Os cursos são aplicados pelo SEBRAE, SENAI e outros.

Uma parceria que vem a garantir a venda do peixe pescado pelos associados é feita com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que faz a compra direta de todo o peixe pescado, trazendo a garantia aos pescadores de que todo seu produto será vendido. Com esta parceria o pescador tem muito mais tranquilidade para trabalhar, pois sabe que todo o seu produto já tem destino certo.

Na área da educação o Ministério da Pesca desenvolveu capacitações para professores alfabetizarem os pescadores, um passo importante para que os pescadores tenham um maior conhecimento adquirido, tanto educacional, social e econômico.

As práticas ambientais são aplicadas através de palestras educativas que buscam conscientizar os pescadores para a preservação do meio ambiente, orientando-os para a não realização da pesca no período de “defeso”, bem como não despejarem lixo às margens dos açudes ou dentro do rio.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de muitas pessoas não terem o conhecimento suficiente para relacionar a Economia Solidária às suas atividades, esta pesquisa mostrou mais uma vez que práticas solidárias existem em todo lugar e estão inseridas em toda sociedade.

Além da Economia Solidária, o desenvolvimento sustentável vem crescendo e se tornando uma solução para muitos problemas ambientais e sociais. No caso das mulheres da Associação de Pescadores do município de Sumé, o peixe que antes apresentava problemas para ser negociado, agora, com a retirada das espinhas, ficou valorizado comercialmente e, com isso, houve melhoria na qualidade de vida desta comunidade, tanto social, como ambiental e econômica.

A Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, por meio de sua atividade de desfiamento do peixe traíra, executado apenas pelas mulheres associadas tem se caracterizado como um empreendimento praticante da Economia Solidária, uma vez que todas as associadas trabalham conjuntamente e o lucro obtido com a venda do peixe é dividido para todas as mulheres associadas de forma igualitária.

Além disso, a possível sobra do dinheiro arrecadado é utilizada para pagar os custos da própria Associação, tais como contas de água e energia, bem como para adquirir peixes na época de estiagem, quando a pesca se torna atividade reduzida.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras**, Capítulo IV, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ARENDT, H. **A condição humana**, 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

Art. 1º da Lei nº 9.795 de abril de 1999.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**, Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**, Metodologia de planejamento, Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável** - Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal, 1999.

CAMPOS, M. M. da C. **Processo de desenvolvimento local: uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente**, Dissertação de Mestrado em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2003.

CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**, Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: [www.unioeste.br](http://www.unioeste.br). Acesso em: 17 de Julho de 2007.

CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, São Paulo: Cortez, 2003.

Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977).

Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária Chosica/Peru (1976).

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**, São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: [www.unijui.tche.br](http://www.unijui.tche.br), Acesso em: 17 de Julho de 2007.

Fromm, E. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

GAIGER, L. I. Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.), **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto: 2000.

HANDERNGUCH, W. M. **Economia Social**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

IRION, J. E. **Cooperativismo e Economia Social**, São Paulo: STS, 1997.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativapós-capitalista à globalização**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

REBONATTO, C. A. T. **A Cooperação e o Cooperativismo: retrospecto histórico, classificação e natureza jurídica das cooperativas**. In: Revista Perspectivas Econômica, Ano XIX, nº 51, 1985, p. 9-52.



REIS, C. N. dos; AGUIAR, C. S. **Das Origens do Cooperativismo à Economia Solidária**, In: Anais da III Jornadas de História Econômica, Montevideo/Argentina: AUDHE, 2003.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**, São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SATTERTHWAITE, D. **Como as cidades podem contribuir para o Desenvolvimento Sustentável**. In: MENEGAT, R. e ALMEIDA, G. (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades, Estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

SCHWENGBER, Â. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil**, Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br), Acesso: em 19 Agosto de 2013.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**, São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, H. **Acervo IBASE Memória**, Novembro de 1993.

TIRIBA, L. V. **Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado**, In: Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de século, Org. Gaudêncio Frigotto – Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**, 4ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

ZAPATA, T.. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**, Rio de Janeiro: Ritz, 2001. Disponível em: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br), Acesso: 12 de Setembro de 2013.

[www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br), Acesso: 12 de Setembro de 2013.

[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br), Acesso: 12 de Setembro de 2013.

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br), Acesso: 12 de Setembro de 2013.





# APÊNDICE

APÊNDICE A – Fotografias dos membros da Associação de pescadores do município de Sumé – PB.

Figura 1 – Vistoria da marinha, realizada entre os associados para verificação das condições de uso de seus barcos.



FONTE: Autoria própria, 2013.

Figura 2 – Pesagem do pescado, entregue à parceria com o Governo Federal (PAA – Programa de Aquisição de Alimento).



FONTE: Autoria própria, 2013.

Figura 3 – Pesagem e separação dos diferentes tipos de peixes.



FONTE: Autoria própria, 2013.

Figura 4 – Transporte do pescado em caminhão frigorífico.



FONTE: Autoria própria, 2013.